



A DINÂMICA DA POLÍTICA-ELEITORAL NA BAIXADA FLUMINENSE E A ATUAÇÃO DOS CLÃS FAMILIARES.

André Luiz Teodoro Rodrigues ¹

RESUMO

O presente trabalho investigará a dinâmica da política-eleitoral na Baixada Fluminense, focalizando a atuação proeminente dos clãs familiares. A região, embora não oficialmente reconhecida, desempenha um papel crucial nas eleições do Estado do Rio de Janeiro, influenciando cargos locais e nacionais. A análise abordará a evolução histórica, socioeconômica e política da Baixada, especialmente após a onda de emancipações na década de 1990. A presença de clãs familiares, líderes religiosos e figuras ligadas ao entretenimento molda a paisagem política, enquanto questões críticas como violência, clientelismo e populismo desempenham papéis significativos. A compreensão desses elementos é essencial para contextualizar a ascensão eleitoral e as dinâmicas de resistência na condução dos executivos municipais. Este estudo contribuirá para a compreensão mais aprofundada da política na Baixada Fluminense e suas implicações para o cenário político estadual.

Palavras-chave: Geografia eleitoral; Baixada Fluminense; Clãs familiares.

ABSTRACT

The present work will investigate the dynamics of political-electoral processes in the Baixada Fluminense, focusing on the prominent role of family clans. The region, although not officially recognized, plays a crucial role in the elections of the State of Rio de Janeiro, influencing both local and national positions. The analysis will address the historical, socioeconomic, and political evolution of the Baixada, especially after the wave of emancipations in the 1990s. The presence of family clans, religious leaders, and figures associated with entertainment shapes the political landscape, while critical issues such as violence, clientelism, and populism play significant roles. Understanding these elements is essential to contextualize electoral ascent and resistance dynamics in the management of municipal executives. This study will contribute to a deeper understanding of politics in the Baixada Fluminense and its implications for the state's political landscape.

Keywords: Geographical electoral; Baixada Fluminense; Family clans.

INTRODUÇÃO

A Baixada Fluminense não é classificada como uma região oficial pelas instituições oficiais do estado do Rio de Janeiro. Atualmente, faz parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). No passado, chegou a ter um status legal, através da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (FUNDREM), porém teve uma

¹ Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGEO-UERJ). E-mail de contato: andre.rodrigues16@live.com;

passagem curta de efetividade. Esse território contíguo de treze municípios (Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti, Nilópolis, Mesquita, Belford Roxo, Magé, Guapimirim, Queimados, Japeri, Seropédica, Paracambi e Itaguaí) é a sua construção histórica, socioeconômica e natural comum. Tais características são visíveis na paisagem desses municípios — principalmente nos problemas sociais, os que se referem às temáticas de saneamento básico, segurança, educação, saúde e transporte — e mostram o quadro de vulnerabilidade social e agressão a cidadania dos habitantes desse espaço.

A partir dos anos de 1990, uma “onda” de emancipações ocorreu na Baixada Fluminense. Essa criação de novas cidades estava ligada diretamente ao desejo de grupos locais afortunados que ambicionavam maior liberdade e poder frente a centralização do poder anteriormente (SIMÔES, 2007). Soma-se a essa conjuntura, o processo de redemocratização do Brasil depois de vinte e um anos da Ditadura Civil-Militar (1964-1985), modelo de governo que cerceou e coibiu qualquer categoria de manifestação política, imprensa e as liberdades, sejam individuais sejam coletivas. A Baixada Fluminense, ao longo da sua história, sempre teve atrelada à sua gênese a reverberação na cidade do Rio de Janeiro, a tríade ferrovias-saneamento-loteamento, que possibilitou a ocupação das terras limítrofes da capital do Brasil. Contudo, o rápido crescimento populacional não acompanhou as alterações necessárias de infraestrutura urbana, ainda somado à condição de hipossuficiência financeira da maioria dos habitantes.

A exacerbada violência, por figuras clientelistas-messiânicas, grupos paramilitares (polícia mineira, grupos de extermínio, matadores de aluguel), além da postura agressiva das instituições de segurança, rotulou a Baixada Fluminense como o local “mais perigoso do Brasil ou talvez do mundo”, com altíssimos índices de homicídios, sequestros e assaltos (ALVES, 2003). Os jornais expostos nas bancas de jornais nos anos de 1980 e 1990 eram exibidos como verdadeiros dossiês de carnificina, ao passo que os populares diziam que “tal jornal pingava sangue”. A soma de todas essas condicionantes contribuiu para a polarização da realidade política-eleitoral desse território pós-1990, no bojo das emancipações.

A Baixada Fluminense reúne cerca de 4 milhões de habitantes, o que corresponde a 23% (IBGE, 2023) de toda a população do estado do Rio de Janeiro, portanto, qualquer agente político que almeja ter êxito em cargos públicos (executivo, legislativo e judiciário) observa o território com muita atenção. Essa “região” influencia eleições para todos os cargos da República Federativa do Brasil, dos de caráter mais locais até o executivo nacional. Desta maneira, sua idiossincrasia é fundamental para a compreensão de posturas de ascensão de clãs familiares, figuras polêmicas, violência contra políticos, alianças e promoção de líderes religiosos neopentecostais e de grupos envolvidos com o setor de entretenimento, sobretudo o

carneval, o qual representa dinâmicas que extravasam os limites territoriais da própria Baixada Fluminense. O processo eleitoral garante a essa delimitação uma realidade de riqueza para grupos hegemônicos, uma vez que a manutenção do status quo da Baixada é lucrativa e a cada dois anos vendida como promessa de mudanças.

A Baixada despontou como uma área importante para o desenvolvimento da economia fluminense, seu enorme mercado consumidor potencial e suas vantagens locacionais contribuem para esta região se tornar paulatinamente um dos locais mais propícios a receber investimentos industriais e comerciais no estado do Rio de Janeiro. Nos anos 1990, essa área passa por um processo de emancipações uma acentuada reestruturação política, entes federativos de menor hierarquia, os municípios, ganham maior autonomia, ancorados nos pressupostos da Constituição Federal de 1988 (SIMÔES, 2007). O signo econômico não pode ser desassociado do aspecto político, a Baixada Fluminense sempre foi vista como um território de potencialidades, ainda mais com o novo momento experienciado pelos municípios que a formam. A nova conjuntura urbana, econômica e política da Baixada certifica novas materializações para a região, consubstanciando novas lógicas de produção e de consumo proveniente da indução da metrópole.

Os sentidos que edificam o território da Baixada Fluminense estão estabelecidos em legitimação das apropriações das teias de poder, funcionam como critério de diferenciação. Segundo Rocha (2014, p. 31):

A Baixada é entendida aqui como parte integrante material e representacional do urbano metropolitano fluminense, que se diferencia de outras partes da região metropolitana a partir da conjunção: a) das práticas dos agentes locais; b) das ações e projetos do Estado na figura dos governos estadual e federal; e c) de sua história territorial e da estrutura do tecido urbano que propiciou em sua construção e apropriação de sua representação.

As relações de poder inscritas na Baixada Fluminense ilustram que, apesar de tentativa de rompimento com o binômio violência-pobreza, algo noticiado em todos os meios de comunicação do Brasil, é ressignificado no momento em que a nova conjuntura de acumulação capitalista chega à Baixada. Os tratados eleitorais entre os “caciques-políticos” da região se ressignificam à medida que novos atores econômicos escolhem a imediação da metrópole como um novo lócus de expansão. A dinâmica política-eleitoral terá cada vez mais relevância no cenário regional, diferenciando-se de todas as áreas do estado do Rio de Janeiro. O perpassar das décadas só tornou mais evidente a práxis dessemelhante de relações de poder entre a Baixada Fluminense e o restante do estado do Rio de Janeiro.



Mapa 1: A Região Metropolitana do Rio de Janeiro: capital, Leste Metropolitano e Baixada Fluminense, subdividida, além da Baixada “Histórica-Iguaçuana”, em “Transição Baixada-Leste Metropolitano” e Extremo Oeste Metropolitano. Organização e Elaboração: Laboratório Integrado de Geografia Física Aplicada (LiGA-UFRJ) e Laboratório de Geografia Econômica e Política (LAGEP-UFRJ) [2020]. Disponível em: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/docannexe/image/13591/img-2.jpg>

Desta maneira, é basilar assimilar relevância dos grupos políticos hegemônicos de cada município, considerando os “clãs” familiares, lideranças locais ligadas ao contexto religioso, empresários e pessoas envolvidas com as instituições de segurança. Além disso, é preciso entender o papel da violência, do clientelismo e do populismo como um símbolo de ascensão eleitoral de grupos abastados na condução do executivo e legislativo municipal, concomitante a construção de resistências/enfrentamentos por representação dos movimentos sociais na Baixada Fluminense

CLÃS FAMILIARES: A HEREDITARIEDADE NA BAIXADA FLUMINENSE

Algo que é muito comum no território brasileiro é a transferência de poder, seja político, seja econômico, para grupos que têm laços familiares ou de consanguinidade. A ocupação do

Brasil enquanto colônia portuguesa se deu a partir das capitâneas hereditárias, a própria etimologia da palavra “hereditário” significa relativo à hereditariedade, diz-se de cargo, função ou bens transmitidos por sucessão, transmitido por tradição de ascendentes a descendentes ou que pode ser transmitido aos descendentes pelos genes (MICHAELIS, 2023). A hereditariedade tornou-se uma característica intrínseca à estrutura de poder do país, moldando a composição e a atuação de grupos políticos em diferentes momentos.

Ao longo da história brasileira, observamos inúmeras estâncias em que o poder político foi transferido de forma hereditária. As oligarquias regionais, que dominaram a política em diversos estados durante boa parte da República Velha, são exemplos emblemáticos desse fenômeno. Famílias tradicionais consolidaram sua influência ao longo de gerações, controlando aparatos políticos e econômicos em seus redutos regionais.

No contexto contemporâneo do Brasil, a transferência de poder por meio de laços familiares continua a ser uma característica notável, tanto na esfera política quanto na econômica. A persistência desse fenômeno revela a complexidade de desafios enfrentados pela sociedade brasileira, destacando a interconexão entre herança histórica e as dinâmicas atuais de poder. No cenário político, é comum observar a formação de dinastias políticas, onde membros de uma mesma família sucedem uns aos outros em cargos eletivos. Políticos bem-sucedidos muitas vezes veem seus filhos, cônjuges ou parentes próximos ingressarem na vida pública, consolidando a influência da família em diferentes esferas do governo. Essa continuidade muitas vezes se dá não apenas em níveis locais, mas também em âmbitos estaduais e nacionais.

A presença de sobrenomes conhecidos na política brasileira, que atravessam gerações, destaca a persistência desses grupos familiares. A influência pode se estender a partidos políticos, onde a filiação e a participação de familiares muitas vezes são uma constante. Essa prática levanta questionamentos sobre a verdadeira representatividade democrática e a possibilidade de alternância no poder, elementos fundamentais para o bom funcionamento de uma democracia saudável.

No Brasil, existem locais que conseguem sobressair a polarização grupos políticos nos quadros de eleições municipais e estaduais, quando mencionamos o caso do estado do Rio de Janeiro, talvez a delimitação territorial que mais tem efetividade na manifestação dessas relações de poder é a Baixada Fluminense. A região a ser investigada é uma área muito abastada economicamente do estado do Rio de Janeiro, que nos últimos trinta anos passou por um intenso processo de reestruturação-produtiva, alterando um perfil ligado à concentração urbana ao redor das unidades fabris, como a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), Parque Industrial da Bayer, Fábrica Nacional de Motores (FNM), Parque Industrial de Queimados

(ROCHA, 2014). Isso reforçou o caráter estratégico da região, a qual reunia as condições perfeitas para a vocação industrial na segunda metade do século XX, podemos citar os atributos de grandes terrenos, proximidade aos eixos de deslocamento de transporte (Ferrovias e Rodovias), capital do estado na disposição dos investimentos.

Essas cidades da Baixada ainda estavam em contínuo crescimento populacional, entretanto, a ausência de infraestrutura e postos de trabalho nesses municípios fizeram com elas adquirissem peculiaridades do que era denominado “cidades-dormitórios”, as quais eram usadas apenas para o traslado pendular e mediocrementemente para reprodução social, embora, os grandes centros da Baixada, Nova Iguaçu e Duque de Caxias conseguissem de certa forma engendrar como centros regionais nesta área (RODRIGUES, 2019). A cidade do Rio de Janeiro era a mais indutiva por conta da potência na circunstância estadual e nacional.

Apesar da situação de fomento a economia regional, os índices socioeconômicos não exibiam a mesma pujança que a perspectiva de acumulação de capitais. Por conseguinte, é perceptível uma pobreza sistêmica na paisagem (aspectos ambientais, culturais e urbanos) dessa região, a qual vilipendia grande parte da população que reside nessa delimitação, a Baixada Fluminense apresenta uma área de aproximadamente 2.810 km², o resultado da extensão territorial dos treze municípios que a compõem (IBGE, 2020). Esse quadro foi motivador para escalada de indivíduos de caráter dúbio e que conseguiam induzir um grande contingente populacional, seja por meio do carisma concomitante ao populismo ou pelo medo. Tanto o município de Nova Iguaçu através de Getúlio de Moura, e em Duque de Caxias, com Tenório Cavalcanti, detinham por de grupos políticos a utilização “de métodos coercitivos para constituir seus territórios” (ALBUQUERQUE, 2020, p. 185).

Esse comportamento perpetuou pelas gerações posteriores, se tornou um *modus operandi* de pessoas que miravam o poder público como um mecanismo de consolidação de seus interesses particulares. O estabelecimento do “voto” em uma área de nuances “excêntricas” e plurais é um símbolo, muitas vezes, usurpados por esses agentes, a manifestação simbólica carrega dimensões do poder (BOURDIEU, 2007). O que seria, na prática, uma maneira de reivindicação por melhorias e o exercício dos direitos e deveres do cidadão, é na realidade é uma permuta efêmera sobre um dos direitos mais elementares, a liberdade de escolha.

Em contextos onde líderes políticos, muitas vezes vinculados por laços familiares, perpetuam sua influência ao longo das gerações, a manifestação simbólica do voto pode ser deturpada e subvertida. O processo eleitoral, que deveria ser o ápice da participação cívica e do exercício da soberania popular, torna-se muitas vezes um meio pelo qual interesses particulares são protegidos e perpetuados.

No âmbito desta discussão, é crucial ressaltar a necessidade premente de uma investigação mais aprofundada acerca das práticas políticas na Baixada Fluminense. A adoção de uma abordagem interdisciplinar, que integre componentes da sociologia, ciência política e economia, emerge como um componente fundamental para desvelar as origens desses padrões de comportamento intrinsecamente enraizados na história regional. Ao desbravarmos a complexa interação entre a transferência hereditária de poder, as condições socioeconômicas e a expressão simbólica do voto, deparamo-nos com uma tessitura intrincada que requer uma análise crítica e holística.

Para que tenhamos a real dimensão do poder desses grupos na política estadual e nacional, utilizaremos os resultados das eleições de 2022, principalmente para os cargos de deputados estaduais, federais e a para a presidência da República. Dos dez deputados estaduais mais votados do Rio de Janeiro, dois possuem relação direta com a Baixada Fluminense: Márcio Canella (União Brasil-RJ) foi o mais votado, com 181.274, político que tem como base eleitoral no município de Belford Roxo; Rosenverg Reis (MDB-RJ), quarto mais votado com 131.308 votos, político que tem base eleitoral no município de Duque de Caxias. Quanto ao cargo de deputado federal, entre os dez mais votados, três possuem ligação com a Baixada Fluminense: Daniela do Waguinho (União Brasil-RJ) foi a candidata mais votada do estado do Rio de Janeiro, com a soma de 213.706 votos, parlamentar que possui seu eleitorado em Belford Roxo; Lindbergh Farias (PT-RJ), ex-prefeito de Nova Iguaçu (2005-2010), obteve 152.219 votos, oitavo candidato mais votado; Gutemberg Reis (MDB-RJ), nono candidato mais votado, 133.612 votos, com o reduto eleitoral no município de Duque de Caxias (TSE, 2022).

Quando abordamos o panorama na disputa presidencial entre Jair Bolsonaro e Lula da Silva, os municípios da Baixada Fluminense tiveram papel importantíssimo na soma de votos no estado do Rio de Janeiro, embora nessa UF o candidato Bolsonaro tenha adquirido o maior percentual dos votos válidos. No segundo turno das eleições presidenciais de 2022, Jair Bolsonaro obteve 5.403.894 votos válidos no estado do Rio de Janeiro, o que corresponde a 56,53% do total. Lula obteve 4.156.217 votos válidos, o que representa 43,47% do total. A diferença entre os dois candidatos foi de 1.247.677 votos, ou 13,06%. No primeiro turno, Bolsonaro também ficou em primeiro lugar no estado, com 51,09% dos votos válidos, seguido por Lula, com 40,68% (TSE, 2022).

Os municípios da Baixada Fluminense, que compõem a região metropolitana do Rio de Janeiro, foram os que mais contribuíram para a vitória de Bolsonaro no estado. Em Duque de Caxias, por exemplo, Bolsonaro obteve 72,14% dos votos válidos, seguido por Lula, com 27,86%. A vitória de Bolsonaro no Rio de Janeiro foi atribuída a uma série de fatores, incluindo



sua popularidade entre os evangélicos, seu apoio entre as forças armadas e sua defesa da lei e da ordem. Lula, por sua vez, não conseguiu repetir o desempenho que teve no estado em 2002 e 2006, quando venceu as eleições presidenciais.

Em razão dessa conjuntura eleitoral, ambos os candidatos estiveram em comícios nas cidades da Baixada Fluminense, logo após o 1º turno das eleições. Lula da Silva em Belford Roxo, onde teve apoio do prefeito Wagner Carneiro “Waguinho” (Republicanos-RJ) e Jair Bolsonaro foi apoiado pelo ex-prefeito de Duque de Caxias e atual Secretário de Transportes do estado do Rio de Janeiro, Washington Reis (MDB-RJ).



Figura 1: Lula da Silva e Waguinho em comício em Belford Roxo-RJ em 11/10/22.

Disponível em: <https://lula.com.br/nos-vamos-ganhar-as-eleicoes-no-estado-rio-diz-lula-ao-lado-de-waguinho/>





Figura 2. Jair Bolsonaro faz comício de campanha para presidência junto ao Governador do Rio de Janeiro Claudio Castro e o ex-prefeito de Caxias Washington Reis em Duque de Caxias, em 14/10/22. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/colunas/informe-do-dia/2022/11/6515324-bolsonaro-so-teve-menos-de-60-dos-votos-em-tres-cidades-da-baixada.html>

A Baixada Fluminense é marcada pela presença de grupos políticos familiares, políticos tradicionais que são longevos na política municipal, estadual e até mesmo nacional. Lula e Bolsonaro não conseguiriam uma adesão expressiva sem a presença destes clãs. Podemos elencar alguns de grande destaque nas dinâmicas políticas-eleitorais no estado do Rio de Janeiro. Esses grupos políticos familiares não apenas consolidam seu poder por meio da participação direta na política, mas também exercem influência sobre a estrutura partidária e as decisões políticas mais amplas.

No município mais populoso da Baixada Fluminense, Duque de Caxias, o clã político que dita as regras da política local é a família Reis, liderado pelo tradicional político Washington Reis (MDB-RJ). Hoje, no cargo de Secretário de Transportes e Mobilidade Urbana do governo de Cláudio Castro (PL-RJ), impedido de concorrer na chapa do atual governador por estar inelegível em razão de uma condenação por crime ambiental, já foi prefeito do município de Duque de Caxias por três legislaturas (2005-2008, 2016-2020, 2020-2022), deputado federal (2011-2017), deputado estadual (1995-2004), vice-prefeito de Duque de Caxias (1997-1998) e vereador de Duque de Caxias (1993-1994).





Figura 3: Deputado federal Gutemberg Reis, ex-presidente Jair Bolsonaro, secretário de Transporte e Mobilidade Urbana do estado do Rio de Janeiro Washington Reis e deputado estadual Rosenverg Reis, da esquerda para a direita. Disponível em:

<https://odia.ig.com.br/duque-de-caxias/2020/12/6039509-reeleito-washington-reis-se-encontra-com-o-presidente-jair-bolsonaro.html>

Por essa experiência política, conseguiu lançar a candidatura de seus parentes aos cargos de deputado federal, Gutemberg Reis (MDB-RJ), deputado estadual, Rosenverg Reis (MDB-RJ), vereador de Duque de Caxias, Junior Reis (MDB-RJ), o tio Wilson Reis (MDB-RJ), atual prefeito de Duque de Caxias e pretende para a próxima legislatura municipal introduzir o sobrinho Netinho Reis (MDB-RJ) como o futuro prefeito de Duque de Caxias em 2024.

Em Belford Roxo, temos o protagonismo do atual prefeito Wagner dos Santos Carneiro, conhecido pela alcunha de “Waguinho”, foi eleito para o executivo municipal em 2016 e reeleito em 2020 com 80,40% dos votos válidos. O político foi vereador (2009-2011), e deputado estadual (2011-2016). Atualmente, Waguinho é presidente estadual do partido Republicanos, sigla a qual se filiou em abril de 2023 após a desfiliação ao partido União Brasil sob a justificativa de assédio e pressão sobre o Ministério do Turismo, pasta chefiada por sua esposa, Daniela Carneiro (União Brasil-RJ), até então Ministra do Turismo do governo Lula. Waguinho foi o único político que apoiou Lula abertamente na Baixada Fluminense, fazendo da cidade um grande reduto eleitoral do presidenciável petista.

Lula e Waguinho possuem um bom relacionamento, haja vista o interesse de ambos em uma relação amistosa, o presidente em razão do apoio de Daniela Carneiro na Câmara dos Deputados para votar projetos favoráveis ao governo e Waguinho em função dos recursos da União para a melhoria da infraestrutura da cidade de Belford Roxo. Como uma forma de manter seu domínio sobre a prefeitura, o atual prefeito pretende lançar a candidatura do sobrinho Matheus Carneiro, porém será uma disputa acirrada para o inexperiente pré-candidato, em consequência das ambições de Márcio Canella (União Brasil-RJ), o deputado estadual mais votado do Rio de Janeiro nas eleições de 2022 com 181.274. Antigo aliado de Waguinho, que tem o irmão, Marcelo Canella (União Brasil-RJ) como o vice-prefeito de Belford Roxo, o rompimento se deu justamente pela falta de concordância na sucessão do poder no município, além disso, Canella apoiou Jair Bolsonaro. Os dois políticos passaram a disputar a liderança da região, o que deve se refletir nas eleições municipais de 2024.



Figura 4: Comício dos candidatos a eleição de 2022 em Belford Roxo-RJ. Da esquerda para direita: Cláudio Castro (governador), Waguinho (prefeito), Daniela Carneiro (deputada federal), Marcelo Canella (vice-prefeito) e Márcio Canella (deputado estadual). Disponível em: <https://www.noticiasdebelfordroxo.com/2022/08/primeiro-domingo-de-campanha-teve.html>

Na atual conjuntura, o clã Reis e o clã Waguinho são aqueles que mais possuem relevância política na Baixada Fluminense, estabelecendo relações até mesmo com a União, como vimos anteriormente, porém, na delimitação que enquadra esses treze municípios, há outras famílias que despontam no contexto regional.

Em Magé, temos a família Cozzolino, ocupando o poder no município por décadas desde os anos 1980 com Renato Cozzolino Sobrinho, o patriarca da família, que já foi deputado estadual e federal. Os “Cozzolinos” são a família mais longeva na política da Baixada Fluminense. O atual mandatário do município de Magé é Renato Cozzolino Harb. Além dele, os primos e a irmã ocupam funções na política da região. Assim, Vinicius Cozzolino (União Brasil-RJ) foi eleito deputado estadual em 2022, Arthur Cozzolino (Progressistas-RJ) está no cargo de vereador de Magé desde 2020 e Jamille Cozzolino é vice-prefeita do município. A prefeitura esteve tão aparelhada por parentes do prefeito, que o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ) recomendou que ele exonerasse quatro parentes lotados em secretarias por

conta de nepotismo. Como justificativa, o prefeito disse que eram pessoas qualificadas e de sua confiança.²

Em Nilópolis, a família Abraão Davi-Sessim possui grande força política, exercendo conexões com o executivo municipal desde os anos 1970, além de atuarem com protagonismo na organização do carnaval carioca, na LIESA (Liga Independente das Escolas de Samba do Rio de Janeiro) e no Grêmio Recreativo Escola de Samba Beija-Flor de Nilópolis, a qual tem como Presidente de Honra, Aniz Abraão David, mais conhecido como Anísio.

Em Nova Iguaçu, um grupo político familiar simbólico, que esteve a frente da prefeitura municipal, em cargos no estado e na União, foi a família Bornier, chefiado pelo político tradicional Nelson Bornier, falecido em 2021 vítima da Covid-19. Nelson foi prefeito de Nova Iguaçu por três mandatos, além de ter sido um longevo deputado federal e com votações expressivas. Além disso, seu filho, Felipe Bornier, também seguiu a carreira política. Foi deputado federal (2007-2019), atualmente é secretário de estado de Esporte, Lazer e Juventude, no estado do Rio de Janeiro. Com a morte do mandatário, o clã perdeu a influência que um dia foi muito forte, um retrato disso foi a votação inexpressiva de Felipe com 3.669 votos para o cargo de deputado federal nas eleições de 2022 (TSE, 2022).

Em Paracambi, o município tem um dos nomes mais tradicionais da política fluminense, André Luiz Ceciliano (PT-RJ) foi prefeito de Paracambi por dois mandatos (2001-2009), deputado estadual (2011-2023) com passagem significativa pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ), assumindo inclusive a presidência da casa interinamente e depois de forma efetiva. Nas eleições de 2022, concorreu ao cargo de Senador da República, mas não logrou êxito. Atualmente, filiado ao Partido dos Trabalhadores (PT), aliado de longa data do Presidente Lula, exerce o cargo de Secretário Especial de Assuntos Federativos no Governo Lula (2023-2026). Em razão da participação direta em Brasília, Ceciliano lançou a candidatura do filho André Luiz Ramalho Ceciliano (PT-RJ), conhecido como “Andrezinho” Ceciliano, como deputado estadual e foi eleito com mais de 50 mil votos (TSE, 2022). Um dos deputados mais jovens a ocupar uma cadeira na ALERJ, com apenas 25 anos.

METODOLOGIA

Este trabalho se materializa na hipótese de que nos municípios da Baixada Fluminense ocorrem um movimento sincrônico, constituído mediante a conjuntura histórico-territorial, de

² Por nepotismo, MP recomenda que prefeito de Magé exonere quatro parentes do próprio secretariado. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/02/09/por-nepotismo-mp-recomenda-que-prefeito-de-mage-exonere-quatro-parentes-do-proprio-secretariado.ghtml>

manutenção do poder econômico/político através de grupos hegemônicos pelo pleito eleitoral e sua forte influência no aspecto quantitativo no estado do Rio de Janeiro.

Portanto, para a efetivação dos objetivos deste trabalho é fundamental implementar metodologias coerentes com as informações contidas em cada etapa de investigação. Definimos as seguintes trilhas metodológicas a serem seguidos: (i) revisão bibliográfica sobre os temas desenvolvidos na pesquisa; (ii) aquisição de dados secundários: IBGE cidades, Fundação Ceperj – anuário estatístico, Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, resultados eleitorais fornecidos e oficializados pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE); (iii) entrevistas formais com diretriz com alguns representantes do setor político municipal, sejam aqueles inseridos no contexto oficial, como vereadores, prefeitos, secretários ou então lideranças comunitárias.

REFERENCIAL TEÓRICO

O arcabouço teórico-metodológico do trabalho apresentado se dividiu em três eixos de análise:

1. A construção da Baixada Fluminense como unidade territorial;
2. A concepção da Geografia Eleitoral;
3. O advento político como manifestação de poder.

Os debates em relação aos eixos foram responsáveis por abordar em sua complexidade o objeto de discussão, tendo em consideração todos os fatores que classificam a temática, na sua forma epistêmica e empírica. Os autores utilizados, cada um com sua expertise e especificidade, fornecem uma argumentação muito produtiva sobre a Baixada Fluminense, trabalhos que exploram muito além das peculiaridades políticas, realizam uma interpretação integralizada da história, aspectos naturais e econômicos, indissociável com a construção territorial e das suas respectivas autonomias.

Primeiramente, a respeito do eixo sobre “A construção da Baixada Fluminense como unidade territorial”, realizamos um levantamento bibliográfico de trabalhos que tiveram como o objeto de interpretação a Baixada Fluminense ou o espraiamento de ocupação da cidade do Rio de Janeiro. É de suma importância explorar acerca de uma temática tão heterogênea, necessária e ainda pouco analisada quando comparada a sua magnitude. Portanto, utilizamos obras e trabalhos de autores que realizaram investigações da construção histórica-territorial da Baixada Fluminense, de suas características socioeconômicas contemporâneas, dos atributos envolvendo a relação entre poder, eleições e violência.

No que se refere ao eixo sobre “A concepção da Geografia Eleitoral” é muito significativo resgatar os pressupostos iniciais deste campo de estudo, como se desenvolveu essa temática no Brasil e em que medida as prerrogativas do campo político-eleitoral poderão nos assistir na compreensão de um fenômeno de escala regional, inserido em uma das unidades da federação mais ricas do Brasil. De acordo com Terron (2012, p. 10) a geografia de caráter eleitoral surgiu na França em 1913, por André Siegfried, que estipulou a relação entre a intenção do voto e o tipo de solo. Do pontapé inicial, ela percorreu o território estadunidense a partir dos anos 1940 ficando em uma análise em métodos quantitativos, elaborando uma “reinserção do espaço como categoria analítica nos estudos sociopolíticos”.

Segundo Terron (2012, p. 17) o campo da geografia eleitoral elucida “ao pesquisador a constituição de territórios eleitorais e conexões entre atores políticos e suas bases eleitorais; ao político pode fornecer informações relevantes para as estratégias de campanha”. Ao cidadão, conseguimos exprimir como um método de barganhar ou então fiscalização, é o protagonista nesta conjuntura. A dinâmica eleitoral apresenta muitas perspectivas, as quais inclusive abrem estudos para outras áreas das ciências humanas, como as ciências sociais e ciências políticas.

No terceiro eixo de fundamentação teórica-conceitual, denominado “O advento político como manifestação de poder”, utilizamos autores que se esforçaram para entender o fenômeno político, na questão etimológica e também na sua reflexão enquanto unidade essencial da sociedade. Essa vertente de investigação do projeto será responsável por intensificar o debate acerca das dimensões políticas, territoriais e eleitorais nos municípios que compõem a Baixada Fluminense, ilustrando casos externos ao recorte analisado, porém, que cancelam as transformações ocorridas na égide do espaço comum, esse em sua escala próxima. Quando mencionamos os tensionamentos e aproximações da liberdade, de acordo com Arendt (2009, p. 17) “a política trata da convivência entre diferentes. Os homens se organizam politicamente para certas coisas em comum, essenciais num caos absoluto, ou a partir do caos absoluto das diferenças”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As alterações políticas no cenário nacional impactaram todas as Unidades da Federação, o estado do Rio de Janeiro apresenta o terceiro maior contingente populacional do Brasil e a Baixada Fluminense exerce crucial distinção quando abordamos economia, recursos e eleições, em especial este último. Nos últimos vinte anos, políticos dos mais variados campos ideológicos e partidários, de vulto nacional ou estadual, destacaram a pujança da Baixada Fluminense. Atualmente, essa delimitação apresenta investimentos dos mais variados lugares, inclusive com

acordos de cooperação tecnológica e logística com a China, como no caso de Duque de Caxias.

O poder de barganha de tais cidades é refletido em instâncias políticas como a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (ALERJ) e também na Câmara dos Deputados, no Congresso Nacional.

Podemos dizer que a economia da Baixada é fundamental nesse processo, inclusive estabelecendo uma relação estreita com a Capital. Rocha (2014, p. 125) também define a década de 1990 como um momento de transição, um período em que o processo de reestruturação urbana e econômica da Baixada cria novos sentidos para a região, e aparecem novas lógicas de produção e de consumo oriundas de um processo maior de espraiamento produtivo da metrópole. A Baixada tem como signo ou acepção um “distante que é perto” (ROCHA, OLIVEIRA, 2010, p.8).

Trata-se de uma região aproximadamente longínqua dos núcleos urbanos milionários que acarretam problemáticas lógicas, ambientais e de segurança, porém, a partir dos entroncamentos ferroviários e rodoviários, há uma equidistância das capitais mais importantes da Região Sudeste, Rio de Janeiro (40 km), São Paulo (398 km), Belo Horizonte (442 km), Vitória (544 km). Portanto, inseridas na dinâmica do capitalismo contemporâneo, a Baixada Fluminense ressignifica seu papel político e econômico. As vocações industriais e espaciais vão auxiliar no maior poder de negociação dos atores políticos municipais, até mesmo contribuindo para projetos e plebiscitos de emancipação durante a década de 1990 e atualmente, centralização de poder em torno de pequenos grupos, quase sempre familiares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um ponto fundamental nessa conjuntura se dá em torno dos “clãs” ou “famílias” políticas da Baixada Fluminense. Essas redes de poder local geralmente envolvem uma concentração de poder nas mãos de um grupo específico de famílias ou políticos que mantêm uma base eleitoral sólida e estabelecem alianças estratégicas. Além disso, costumam ter uma influência significativa na distribuição de recursos e cargos públicos, bem como na definição de políticas e decisões locais. Eles podem contar com o apoio de grupos econômicos e outros setores da sociedade, estabelecendo uma rede de favores e interesses.

Em alguns casos, os grupos políticos podem perpetuar-se no poder por longos períodos, dificultando a renovação política e limitando a participação de novos atores na cena política local. Isso pode gerar um ambiente propício para a corrupção, o clientelismo e a falta de transparência nas ações governamentais. Inclusive, dentre os municípios mais populosos desta delimitação, Duque de Caxias e Belford Roxo foram aqueles que tiveram disputas acirradas por

apoio pelos presidentiáveis – Jair Messias Bolsonaro (PL) e Luiz Inácio Lula da Silva (PT) - em 2022. Desta maneira, entender o funcionamento dos “clãs” políticos dos municípios da Baixada Fluminense é fundamental para esmiuçar as relações de poder em múltiplas escalas, além da local.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Enderson Alceu Alves. A promessa e a ameaça – o funcionamento da violência como ferramenta política na Baixada Fluminense. *GEOgraphia*, v. 22, n. 48, 2020.

ALVES, José Cláudio Souza. Dos barões ao extermínio uma história de violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro, APPH-Clio, 2003.

André Luiz Teodoro Rodrigues, «Duque de Caxias e Rodovia Washington Luís (BR-040): uma perspectiva dual sobre a temática econômica, histórica e política do município.», *Espaço e Economia* [Online], 15 | 2019, posto online no dia 28 outubro 2019, consultado o 26 novembro 2023. URL: <http://journals.openedition.org/espacoeconomia/7245>; DOI: <https://doi.org/10.4000/espacoeconomia.7245>

ARENDRT, Hannah. O que é política? Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE. CIDADES E ESTADOS. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj.html>. Acesso em: 31 mar. 2023.

MICHAELIS. In: Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa: Hereditário. Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/heredit%C3%A1rio/>. Acesso em: 12 set. 2023.

OLIVEIRA, Leandro Dias; ROCHA, André Santos da. As novas dinâmicas produtivas em curso na Baixada Fluminense: breves apontamentos sobre uma nova geografia da Indústria. In: Revista Pilares da História. Ano 11, edição especial, p.7-13, maio de 2010.

SIMÕES, Manoel Ricardo. A Cidade Estilhaçada – Reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense. Mesquita/RJ: Entorno, 2007. 300 p.

ROCHA, André Santos. “As representações ideais de um território” - Dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós-1990. PPGG / IGEO- UFRJ. (Tese de Doutorado), 2014.

TERRON, Sônia. Geografia eleitoral em foco. Em Debate: Periódico de Opinião Pública e Conjuntura Política, Belo Horizonte, ano 4, n. 2, p. 8-18, maio 2012.

TSE. In: Eleição Geral Ordinária 2022. Rio de Janeiro, 2 out. 2022. Disponível em: <https://resultados.tse.jus.br/oficial/app/index.html#/eleicao;e=e544;uf=rj;ufbu=rj/resultados>. Acesso em: 16 out. 2023.